

Ruge
Securitizadora
de Créditos
Financeiros S.A.

**Demonstrações financeiras
referente ao exercício findo em 31
de dezembro de 2020**

Conteúdo

Comentário de desempenho	3
Relatório sobre a revisão de informações contábeis intermediárias	6
Balancos patrimoniais	10
Demonstrações intermediárias de resultados	11
Demonstrações intermediárias de resultados abrangentes	12
Demonstrações intermediárias das mutações do patrimônio líquido	13
Demonstrações intermediárias dos fluxos de caixa	14
Demonstrações intermediárias do valor adicionado	15
Notas explicativas às informações contábeis intermediárias	16

RUGE SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS S.A. Comentário de desempenho

São Paulo, 30 de março de 2021

Em atendimento aos preceitos legais e estatutários, a administração da Ruge Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. ("Companhia"), anteriormente denominada Geru Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. tem o prazer de submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

1. Contexto organizacional

A Companhia atua como securitizadora de créditos financeiros, constituída nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, e da Resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 2.686, de 26 de janeiro de 2000, conforme alterada ("Resolução CMN 2.686/00") com o objetivo exclusivo de aquisição de créditos oriundos de operações financeiras para posterior securitização destes créditos por meio da emissão de debêntures não conversíveis para distribuição pública ou privada nos mercados financeiro e de capitais do Brasil.

A Companhia tem por objeto social: (a) a aquisição e securitização de créditos financeiros; (b) a emissão e colocação, privada ou nos mercados financeiro e de capitais, de títulos de crédito e/ou valores mobiliários compatíveis com suas atividades; e (c) a realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos financeiros e emissões de títulos lastreados em tais créditos.

A Companhia não possui sociedades controladas. Desde a sua constituição até a data do presente período, toda a receita auferida pela Companhia foi proveniente de operações realizadas no Brasil, não havendo dependência de mercados estrangeiros.

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social integralizado da Companhia é de R\$ 4.099 mil, dividido em 4.099.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (2.629.000 ações ordinárias nominativas em 31 de dezembro de 2019).

A controladora integral da Companhia é a Geru Holding Limited, sediada em Londres, Reino Unido.

Operações

A Companhia atua na aquisição de direitos creditórios originados por meio da plataforma eletrônica da Geru Tecnologia e Serviços S.A. ("Geru Tecnologia" ou "Plataforma"), parte relacionada, e realiza tal aquisição com recursos captados por meio de emissão de debêntures. O valor integralizado por investidores é aplicado pela Companhia na compra dos direitos creditórios (cédulas de crédito bancário) por meio de endosso formalizado entre a Companhia e as instituições financeiras parceiras, que concedem as operações de crédito originadas pela Plataforma. As cédulas de crédito bancário emitidas pelos tomadores, além de servirem de lastro para as emissões de debêntures da Companhia, também são dadas em garantia a todos investidores da emissão vinculada aos seus créditos, através de contratos de cessão fiduciária.

Os contratos de prestação de serviços relativos à originação, avaliação, cobrança e renegociação dos créditos representados pela Cédulas de Crédito Bancário (CCB) são executados pela Geru Tecnologia.

2. Resultados

Desde sua constituição, em 7 de julho 2015, até o período findo em 30 de junho de 2020, a Companhia realizou 7 emissões de debêntures no montante total de R\$ 728.991 mil e com os recursos recebidos das CCBs, pagou aos debenturistas R\$ 619.177 mil durante o mesmo período.

As debêntures asseguraram aos debenturistas, prêmios de reembolso e juros remuneratórios condicionados à realização dos créditos decorrentes das CCBs cedidas à Companhia.

	Vencimento	Em R\$ mil	
		Integralizações	Repagamentos
Debêntures - 1ª Emissão (i)	-	16.017	17.958
Debêntures - 2ª Emissão (i)	-	17.443	20.649
Debêntures - 3ª Emissão (i)	-	30.121	34.325
Debêntures - 4ª Emissão (i)	-	50.174	53.929
Debêntures - 5ª Emissão	23/05/2021	140.315	135.816
Debêntures - 6ª Emissão - Série Sênior	16/11/2021	163.524	185.439
Debêntures - 6ª Emissão - Série Subordinada	16/11/2021	73.125	47.979
Debêntures - 7ª Emissão - Série Sênior	10/10/2022	142.598	136.012
Debêntures - 7ª Emissão - Série Mezanino	10/10/2022	47.837	47.300
Debêntures - 7ª Emissão - Série Subordinada	10/10/2022	47.837	27.271
Debêntures - 8ª Emissão - Série Subordinada Única (ii)	-	299	228
		729.290	706.906

- (i) As CCBs referentes a 1ª, 2ª, 3ª e 4ª emissão, foi adquirida por “Chamada de Integralização” pela 8ª Emissão, qual utilizou parte dos valores nela aportada para compra dessas CCBs, repassando assim os direitos creditórios sobre esses certificados de recebíveis.
- (ii) As Debêntures da 8ª Emissão - Série Única assegurarão aos debenturistas, prêmio de reembolso das debêntures, observados os termos desta escritura de emissão, especialmente quanto a ordem de alocação de recursos, os debenturistas receberão nas datas de pagamento um prêmio de reembolso correspondente ao montante líquido recebido pela emissora a título de pagamento das CCBs vinculadas a emissão existentes na carteira da emissora no mês anterior ao mês do respectivo pagamento, após consideradas as alocações de recursos mais prioritárias, conforme a ordem de alocação de recursos (“Prêmio de Reembolso”).”

Os recursos obtidos com as debêntures foram utilizados para a aquisição de CCBs no montante total de R\$ 835.948 mil.

	<u>Em R\$ mil</u>
	<u>CCBs adquiridas</u>
CCBs – 1ª Emissão (i)	16.753
CCBs – 2ª Emissão (i)	18.438
CCBs – 3ª Emissão (i)	31.527
CCBs – 4ª Emissão (i)	52.235
CCBs – 5ª Emissão	151.369
CCBs – 6ª Emissão	245.966
CCBs – 7ª Emissão	319.660
	<u>835.948</u>

- (i) As CCBs referentes a 1ª, 2ª, 3ª e 4ª emissão, foram adquiridas por “Chamada de Integralização” pela 8ª Emissão, qual utilizou parte dos valores nela aportada para compra dessas CCBs, repassando assim os direitos creditórios sobre esses certificados de recebíveis.

3. Impactos do COVID-19

Ao analisar os possíveis impactos do COVID-19 na RUGE Securitizadora, foram realizadas reuniões para entender como a GERU Tecnologia se preparou para o ocorrido. Nas reuniões foram apresentadas as seguintes ações para minimizar os impactos para os investidores, a companhia intensificou as cobranças junto aos devedores, fazendo assim um acompanhamento mais efetivo de seus clientes. Ainda sob os possíveis efeitos nas informações contábeis intermediárias devemos analisar sob a seguinte ótica, as perdas por redução ao valor recuperável decorrem da perda estimada e incorrida por parte do cedente da operação, tendo sua contrapartida direta o valor presente das obrigações com investidores da securitização

4. Auditoria e serviços de não auditoria

Finalmente, para os fins da Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003 (“ICVM 381”), a Administração da Companhia informa que durante o exercício de 2020, não foram prestados serviços de não auditoria para a Ruge Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas e Administradores da
Ruge Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Ruge Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ruge Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Redução ao valor recuperável dos créditos a receber

Descrição

Conforme descrito nas notas explicativas nº 6b e 9, para fins da determinação da perda por redução ao valor recuperável dos créditos a receber, a Companhia classifica as operações de Cédulas de Crédito Bancário (“CCBs”) em três estágios. A classificação das operações de CCBs em estágios de risco envolve julgamento da Companhia baseados em sua metodologia interna de classificação de risco, a qual é desenvolvida por meio de estudos internos, que envolvem histórico de pagamentos, prazo de vencimento dos contratos e percentual de recuperação da carteira. Devido à relevância dos créditos a receber e ao alto grau de julgamento envolvido na determinação da perda por redução ao valor recuperável e ao impacto que eventuais alterações nas premissas utilizadas em sua determinação poderia ter nas demonstrações financeiras, consideramos este assunto como relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Realizamos o entendimento dos processos relacionados à elaboração dos estudos para determinação da perda por redução ao valor recuperável de créditos a receber e ao processo de apuração desta estimativa.

Avaliamos, com ajuda de especialistas internos, a razoabilidade das premissas usadas pela Companhia para determinar a perda por redução ao valor recuperável comparando com os dados históricos dos créditos, tais como histórico de pagamentos, prazo de vencimento por contrato e percentual de recuperação da carteira.

Efetuamos ainda o recálculo da perda por redução ao valor recuperável tendo por base as premissas determinadas pela Companhia para a classificação dos estágios de risco e comparamos a razoabilidade das estimativas realizadas em exercícios anteriores com as perdas efetivas reconhecidas nos períodos subsequentes.

Avaliamos também a razoabilidade das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras em relação às normas aplicáveis..

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima, consideramos aceitável a avaliação da mensuração da provisão para redução ao valor recuperável dos créditos a receber, assim como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é



consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção



de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 30 de março de 2021.

KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6

Rodrigo de Mattos Lia
Contador CRC 1SP252418/O-3

Ruge Securitizadora de Créditos Financeiros SA

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	6	218	326
Caixa Restrito	7	13.192	29.214
Créditos a receber	8	248.663	310.039
Redução ao valor recuperável recebíveis	8	(222.341)	(136.927)
Outros ativos		329	572
Total do ativo circulante		40.061	203.224
Créditos a receber	8	17.376	146.900
Redução ao valor recuperável de empréstimos	8	(5.516)	(64.878)
Total do ativo não circulante		11.860	82.022
Total do ativo		51.921	285.246

Passivos	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Passivos			
Fornecedores e outras contas a pagar		120	447
Debêntures	9	48.112	185.612
Impostos a recolher		5	29
Adiantamentos		8	120
Total do passivo circulante		48.245	186.208
Debêntures	9	3.262	98.734
Provisão para Contingências	10	-	14
Total do passivo não circulante		3.262	98.748
Patrimônio líquido			
Capital social	11	6.709	3.709
Capital social a Integralizar	11	(2.208)	(1.080)
Prejuízos acumulados	11	(4.087)	(2.339)
Total do patrimônio líquido		414	290
Total do passivo e patrimônio líquido		51.921	285.246

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

Ruge Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.
Demonstração do resultado
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

		<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Receita Operacional	15	122.937	125.291
Lucro bruto		<u>122.937</u>	<u>125.291</u>
Despesas gerais e administrativas	16	(1.733)	(2.073)
Provisão para perdas na carteira	16	(26.052)	(16.545)
Provisão remuneração dos debênturistas	16	26.052	16.545
Resultado antes das receitas financeiras líquidas		<u>121.204</u>	<u>123.218</u>
Receitas financeiras	17	11	28
Despesas financeiras	17	(122.962)	(125.319)
Receitas financeiras líquidas		<u>(122.951)</u>	<u>(125.291)</u>
Resultado do exercício		<u><u>(1.747)</u></u>	<u><u>(2.073)</u></u>
Resultado por ação			
Resultado por ação - básico (em R\$)		(0,971)	(1,152)
Resultado por ação - diluído (em R\$)		(0,971)	(1,152)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

Ruge Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.
Demonstrações dos resultados abrangentes
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Resultado do Exercício	<u>(1.747)</u>	<u>(2.073)</u>
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	<u>(1.747)</u>	<u>(2.073)</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

Ruge Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.
 Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
 Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Capital social a integralizar	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2018	300	-	(266)	34
Aumento de capital	3.409	-	-	3.409
Capital Social a Integralizar	-	(1.080)	-	(1.080)
Resultado do exercício	-	-	(2.073)	(2.073)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>3.709</u>	<u>(1.080)</u>	<u>(2.339)</u>	<u>290</u>
Aumento de capital	3.000	-	-	3.000
Capital Social a Integralizar	-	(1.128)	-	(1.128)
Resultado do exercício	-	-	(1.747)	(1.747)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>6.709</u>	<u>(2.208)</u>	<u>(4.086)</u>	<u>414</u>
Mutações do Exercício	3.000	(1.128)	(1.747)	124

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

Ruge Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício	(1.747)	(2.073)
Ajustes para:		
Prêmio das debêntures	122.937	125.291
Provisão para perda de créditos a receber	26.052	16.545
Provisão para perda no prêmio de debêntures	(26.052)	(16.545)
(Aumento) Redução em Provisão para Contingências	(14)	14
Varição em:		
(Aumento) em caixa restrito	16.022	(29.214)
(Aumento) Redução em Créditos a Receber e Debêntures	63.292	(17.069)
(Aumento) Redução em Outros Ativos	243	(358)
(Aumento) Redução em Fornecedores	(328)	258
(Aumento) Redução em Impostos a Recolher	(26)	(83)
(Aumento) Redução em Outras Obrigações	(120)	120
Aumento (Redução) em Adiantamentos	13	-
Fluxo de caixa líquido gerado/utilizado nas atividades operacionais	200.272	76.886
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Recursos provenientes de aumento de capital de acionistas	1.872	2.329
Pagamento de principal de debêntures	(179.713)	(179.230)
Prêmio das debêntures pagos	(22.539)	(66.987)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	(200.380)	(243.888)
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	(108)	(167.002)
Caixa e equivalentes de caixa no início	326	167.328
Caixa e equivalentes de caixa no final	218	326
Varição	(108)	(167.002)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

Ruge Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Receitas		
Receita Operacional	122.937	125.291
Insumos adquiridos de terceiros		
Serviços prestados de terceiros	(1.733)	(2.073)
Outras (despesas) receitas operacionais	-	(28)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	121.204	123.190
Valor adicionado recebido em transferência		
Receita financeira	11	28
Valor adicionado total a distribuir	121.215	123.218
Distribuição do valor adicionado	121.215	123.218
Despesas financeiras	122.962	125.291
(Lucros retidos) prejuízo do exercício	(1.747)	(2.073)
Valor adicionado distribuído	121.215	123.218

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Ruge Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. (“Companhia”), foi constituída em 7 de julho de 2015. A Companhia é constituída na forma de sociedade anônima de capital aberto, domiciliada no Brasil com sua sede social localizada na Rua Cardeal Arcoverde, 2365, 7º Andar, Pinheiros, São Paulo, Capital.

A Companhia atua na aquisição e securitização de créditos financeiros, emissão e colocação, privada ou nos mercados financeiro e de capitais, de títulos de crédito e/ou valores mobiliários compatíveis com suas atividades, no segmento operacional de crédito pessoal; realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos financeiros e emissões de títulos lastreados em tais créditos.

Em 18 de fevereiro de 2019, a Companhia celebrou “Acordo Operacional e Outras Avenças” com a VERT Consultoria e Assessoria Financeira Ltda. (“VERT Consultoria”), que tem por objeto a administração dos negócios da Companhia, bem como a prestação de serviços de consultoria financeira relacionados a gestão, estruturação e administração de emissões, presentes e futuras, de debêntures da Companhia.

Em 19 de fevereiro de 2019 em linha com o disposto no “Acordo Operacional e Outras Avenças” celebrado entre a Companhia e a VERT Consultoria, a Companhia em Assembleia Geral Extraordinária também aprovou a alteração da denominação social da Companhia de Geru Securitizadora de Créditos Financeiros S.A para Ruge Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Os contratos de prestação de serviços relativos à avaliação, cobrança e renegociação dos créditos representados pela Cédulas de Crédito Bancário (“CCB”) são executados pela Geru Tecnologia e Serviços S.A. (“Geru Tecnologia”), parte relacionada da Companhia. A Geru Tecnologia é subsidiária integral da Geru Holding Limited, controladora da Companhia, sediada em Londres, Reino Unido.

Os fluxos de caixa da Companhia serão mantidos pela Geru Holding Limited, controladora da Companhia por meio de aportes de capital, compensando os prejuízos gerados pelas despesas fora do fluxo operacional. Nesse contexto, sempre que necessário, a Geru Holding Limited realiza aportes de capital para honrar com essas despesas.

1 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com o CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e de acordo com os pronunciamentos aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis a elaboração e Apresentação Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFP.

A emissão das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi autorizada pela Diretoria em 30 de Março de 2021.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na Nota Explicativa nº 6.

2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia, como provisão para perda na carteira de créditos a receber, provisão para perda no prêmio das debêntures e provisão para contingências. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada exercício e período de relatório.

O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração nestas informações contábeis é determinado nessa base.

5 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente durante todo o exercício apresentado nestas demonstrações financeiras.

(i) Caixa e equivalentes de caixa

São ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, contas bancárias e investimentos financeiros de curto prazo com liquidez imediata e vencimento original igual ou inferior a três meses e que são prontamente convertidos em um montante conhecido de caixa e sujeito a um risco insignificante de alteração no valor justo.

(ii) Receita de juros

A receita de juros é calculada utilizando-se o método de juros efetivos, aplicando-se a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto para os ativos que possuem problemas de recuperação de crédito classificamos como “não performedo”.

A Companhia classifica uma operação de crédito como “não performedo” se o pagamento do principal ou dos juros apresentar atrasos de 90 dias ou mais. Neste caso, a apropriação de juros deixa de ser reconhecida, visto que a Companhia avalia como baixa a probabilidade de recebimento.

Créditos a receber, constituídos por Cédulas de Crédito Bancário (CCBs), são adquiridos pela Companhia em caráter definitivo, irrevogável e irretroatável, sem coobrigação do cedente ou qualquer mecanismo de recompra dos créditos inadimplidos.

As aquisições dos créditos ocorrem durante o período de alocação de recursos, a qual tem o ciclo de 12 meses a partir da emissão das debentures. O prazo de vencimento dos créditos varia de 12 a 36 meses, a partir do mês de aquisição das CCBs e a taxa de retorno esperada não deve ser considerada como garantia de rentabilidade da carteira.

(iii) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável anual para contribuição social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

(iv) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo custo amortizado e subsequentemente mensurados ao valor justo, ou mantido a custo amortizado.

a. Classificação e mensuração dos ativos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado.

A classificação e a mensuração subsequente de ativos financeiros dependem do modelo de negócio no qual são administrados e das características de seus fluxos de caixa.

- **Custo amortizado:** O custo amortizado é o valor pelo qual o ativo ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, mais atualizações efetuadas utilizando o método de juros efetivos, menos a amortização do principal e juros, ajustado para qualquer provisão para perda de crédito esperada. Estão classificados nesta categoria os créditos a receber e outros ativos.
- **Valor justo:** Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração. Estão classificados nesta categoria os Caixas e Equivalentes de Caixa e caixa restrito.

b. *Redução ao valor recuperável (impairment)*

Redução ao valor recuperável: Os requerimentos de avaliação da redução ao valor recuperável de ativos financeiros são baseados em um modelo de perda de crédito esperada. No exercício de 2020, como parte do processo de revisão das estimativas de provisões de redução ao valor recuperável verificamos que não houve variação entre a recuperabilidade efetiva e as perdas projetadas para os ativos, desta forma, as premissas para cálculo das provisões de redução ao valor recuperável dos ativos não tiveram alterações.

O modelo de perda de crédito esperada inclui uso de informações prospectivas e classificação do ativo financeiro em três estágios:

- Estágio 1 - Perda de crédito esperada para 12 meses: representa os eventos de inadimplência possíveis dentro de 12 meses, aplicados para ativos financeiros sem problemas de recuperação de crédito;
- Estágio 2 - Perda de crédito esperada ao longo da vida do ativo financeiro: considera todos os eventos de inadimplência possíveis. Aplicável aos ativos financeiros sem problemas de recuperação de crédito cujo risco de crédito aumentou significativamente;
- Estágio 3 - Perda de crédito esperada para ativos com problemas de recuperação: considera todos os eventos de inadimplência possíveis. A mensuração dos ativos classificados neste estágio difere do estágio 2 pelo reconhecimento da receita de juros aplicando-se a taxa de juros efetiva ao custo amortizado (líquido de provisão) e não ao valor contábil bruto.

Um ativo migrará de estágio à medida que seu risco de crédito aumentar ou diminuir. Dessa forma, um ativo financeiro que migrou para os estágios 2 e 3 poderá voltar para o estágio 1. A Companhia não reavalia os tomadores com base no seu histórico de crédito após a aquisição das CCBs assim, não há mudança no “rating” dos tomadores.

A Companhia avalia a alteração no risco de inadimplência através da observação do comportamento destes tomadores ao longo do período sob análise, comparando as mudanças nas faixas de atraso com as respectivas probabilidades de perda. Considerando estas informações como razoáveis e sustentáveis, disponíveis sem custo ou esforço excessivos, como indicativo de aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial.

c. *Classificação e mensuração dos passivos financeiros*

Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo custo amortizado e subsequentemente mensurados a valor justo ou mantidos a custo amortizado. Os seguintes passivos financeiros são classificados a Custo Amortizado: Fornecedores e Debêntures.

(v) *Provisões*

As provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada exercício considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

(vi) **Novas normas, alterações e interpretações**

Data Efetiva	Novas normas ou alterações
1º de janeiro de 2020	Definição de Negócio (alteração ao CPC 15/IFRS 3)
	Definição de Materialidade (alterações ao CPC 26/IAS e CPC 23/IAS 8)
	Reforma da taxa de juros de referência (alterações ao CPC 48/IFRS 9, CPC 08/IAS 39 e CPC 40/IFRS 7)
1º de junho de 2020	Benefícios relacionados à COVID-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento (alteração ao CPC 06/IFRS 16)

A Companhia avaliou e não identificou nos assuntos acima aplicabilidade para seus negócios até 31 de dezembro de 2020.

6 Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/12/2020	31/12/2019
Bancos conta corrente	1	-
Aplicações financeiras – CDB	217	326
Total	218	326

Os CDBs são de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Estas aplicações financeiras são mensuradas inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Em 31 de dezembro de 2020, a remuneração média das aplicações financeiras foi equivalente à 95% (95% em 31 de dezembro de 2019) do Certificado de Depósito Interfinanceiro (“DI”).

7 Caixa Restrito

	31/12/2020	31/12/2019
Bancos conta corrente	702	7.017
Aplicações financeiras – CDB	12.490	22.197
Total	13.192	29.214

Os valores registrados como caixa restrito são mantidos para pagamento de juros e amortização das debêntures, sendo seu uso exclusivo para esses devidos fins. Visto que o período de alocação dos ativos acabou, todos os valores recebidos na operação são destinados exclusivamente para os fins acima mencionados.

Estas aplicações financeiras são mensuradas inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Em 31 de dezembro de 2020, a remuneração média

das aplicações financeiras foi equivalente à 95% (95% em 31 de dezembro de 2019) do Certificado de Depósito Interfinanceiro (“DI”).

8 Créditos a Receber

	31/12/2020	31/12/2019
Cédulas de crédito bancário – CCBs	266.039	456.939
Redução ao valor recuperável	(227.857)	(201.805)
Total	38.182	255.134
Circulante	248.663	310.039
Redução ao valor recuperável	(222.341)	(136.927)
Total Circulante	26.322	173.112
Não circulante	17.376	146.900
Redução ao valor recuperável	(5.516)	(64.878)
Total não circulante	11.860	82.022

Movimentação dos créditos a receber:

	Saldo líquido em 31/12/2019	Juros e Encargos	Reversão / (Provisão) / para redução ao valor recuperável	Amortização		Saldo líquido em 31/12/2020
				Principal	Juros e encargos	
CCBs - 1ª Emissão (i)	-	-	1.703	(44)	(1.659)	-
CCBs - 2ª Emissão (i)	-	-	1.596	(57)	(1.539)	-
CCBs - 3ª Emissão (i)	26	2	3.561	(174)	(3.415)	-
CCBs - 4ª Emissão	516	305	5.327	(890)	(5.258)	-
CCBs - 5ª Emissão	7.292	4.726	13.833	(7.227)	(18.604)	20
CCBs - 6ª Emissão	40.728	22.556	12.078	(27.669)	(44.537)	3.153
CCBs - 7ª Emissão (ii)	206.572	72.496	(64.150)	(88.484)	(91.425)	35.009
Total	255.134	100.085	(26.052)	(124.545)	(166.440)	38.182

	Saldo em 31/12/2018	Aquisição de CCBs	Juros e Encargos	(Provisão) / Reversão ao valor recuperável	Amortização		Saldo líquido em 31/12/2019
					Principal	Juros e encargos	
CCBs - 1ª Emissão (i)	11	-	627	1.366	(143)	(1.861)	-
CCBs - 2ª Emissão (i)	350	-	522	390	(514)	(748)	-
CCBs - 3ª Emissão (i)	1.840	-	1.344	(216)	(2.251)	(691)	26
CCBs - 4ª Emissão	6.832	-	2.491	844	(6.212)	(3.439)	516
CCBs - 5ª Emissão	34.168	-	12.003	255	(25.003)	(14.131)	7.292
CCBs - 6ª Emissão	125.366	-	39.153	(14.056)	(67.962)	(41.773)	40.728
CCBs - 7ª Emissão	86.044	221.365	69.152	(5.128)	(98.745)	(66.116)	206.572
Total	254.611	221.365	125.292	(16.545)	(200.830)	(128.759)	255.134

A carteira de créditos a receber é composta por CCBs sem garantias, remuneradas a juros prefixados com taxas que variam entre 2,00% e 5,00% ao mês. As CCBs estão vinculadas às emissões de debêntures (vide Nota Explicativa nº 10) e eventuais inadimplementos ou perdas efetivas são repassadas em sua totalidade aos debenturistas.

(i) Transferência dos direitos creditórios

Conforme Nota Explicativa nº 10, no dia 2 de julho de 2020 foi deliberada pela Diretoria da RUGE, a 8ª emissão de debêntures. De acordo com a “Chamada de Integralização”, a 8ª Emissão utilizou parte dos valores para compra das CCBs que compunham a 1ª, a 2ª, a 3ª e a 4ª emissões, a transação de compra e venda desses direitos que totalizou um valor de R\$ 566, assim os investidores dessas debêntures repassando os direitos creditórios desses certificados de recebíveis, não tendo mais direitos ou obrigações referentes a essas emissões, conforme Nota Explicativa nº 10. Toda a transação entre as partes envolvidas foi realizada com o acompanhamento dos investidores e seus representantes e comunicadas em 17 e 19 de junho de 2020 e em 30 de outubro de 2020.

(ii) CCBs - 7ª Emissão

Em 31 de dezembro de 2020 o período de alocação das CCBs relativas à 7ª Emissão de Debêntures encontrava-se encerrado, conforme descrito na Nota Explicativa nº 10.

Redução ao valor recuperável de créditos a receber por estágios:

	31/12/2020	31/12/2019
Redução ao valor recuperável - CCBs - 1ª Emissão – Estágio 1	-	-
Redução ao valor recuperável - CCBs - 1ª Emissão – Estágio 2	-	-
Redução ao valor recuperável - CCBs - 1ª Emissão – Estágio 3	(4.505)	(6.208)
Total redução ao valor recuperável – 1ª emissão	(4.505)	(6.208)
Redução ao valor recuperável - CCBs - 2ª Emissão – Estágio 1	-	(979)
Redução ao valor recuperável - CCBs - 2ª Emissão – Estágio 2	-	(139)
Redução ao valor recuperável - CCBs - 2ª Emissão – Estágio 3	(3.530)	(4.008)
Total redução ao valor recuperável – 2ª emissão	(3.530)	(5.126)
Redução ao valor recuperável - CCBs - 3ª Emissão – Estágio 1	-	(3.037)
Redução ao valor recuperável - CCBs - 3ª Emissão – Estágio 2	-	(450)
Redução ao valor recuperável - CCBs - 3ª Emissão – Estágio 3	(6.588)	(6.663)
Total redução ao valor recuperável – 3ª emissão	(6.588)	(10.149)
Redução ao valor recuperável - CCBs - 4ª Emissão – Estágio 1	-	(7.075)
Redução ao valor recuperável - CCBs - 4ª Emissão – Estágio 2	-	(1.555)
Redução ao valor recuperável - CCBs - 4ª Emissão – Estágio 3	(13.499)	(10.197)
Total redução ao valor recuperável – 4ª emissão	(13.499)	(18.826)
Redução ao valor recuperável - CCBs - 5ª Emissão – Estágio 1	(0)	(27.802)
Redução ao valor recuperável - CCBs - 5ª Emissão – Estágio 2	(7)	(5.254)
Redução ao valor recuperável - CCBs - 5ª Emissão – Estágio 3	(48.457)	(29.241)
Total redução ao valor recuperável – 5ª emissão	(48.464)	(62.297)
Redução ao valor recuperável - CCBs - 6ª Emissão – Estágio 1	(35)	(47.142)
Redução ao valor recuperável - CCBs - 6ª Emissão – Estágio 2	(379)	(8.624)
Redução ao valor recuperável - CCBs - 6ª Emissão – Estágio 3	(72.421)	(29.147)
Total redução ao valor recuperável – 6ª emissão	(72.835)	(84.913)

Redução ao valor recuperável - CCBs - 7ª Emissão – Estágio 1	(312)	(13.490)
Redução ao valor recuperável - CCBs - 7ª Emissão – Estágio 2	(3.460)	(796)
Redução ao valor recuperável - CCBs - 7ª Emissão – Estágio 3	(74.664)	-
Total redução ao valor recuperável – 7ª emissão	(78.436)	(14.286)
Total redução ao valor recuperável – Estágio 1	(347)	(99.525)
Total redução ao valor recuperável – Estágio 2	(3.846)	(16.818)
Total redução ao valor recuperável – Estágio 3	(223.664)	(85.464)
Total redução ao valor recuperável	(227.857)	(201.805)

Abertura do contas a receber por estágio

Atualmente os recebíveis da companhia são classificados em 3 estágios de recuperabilidade, sendo os saldos conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2020				
	Cédulas de crédito bancário – CCBs	Default	Juros à incorrer	Redução ao valor recuperável / Stop Accrual	Total
Estágio 1	43.143	-	(10.250)	(346)	32.547
Estágio 2	9.693	-	(1.804)	(3.846)	4.043
Estágio 3	510.741	(187.393)	(13.423)	(308.333)	1.592
Total	563.577	(187.393)	(25.477)	(312.525)	38.182

	31/12/2019				
	Cédulas de crédito bancário – CCBs	Default	Juros à incorrer	Redução ao valor recuperável / Stop Accrual	Total
Estágio 1	145.960	-	(24.300)	(99.524)	22.136
Estágio 2	42.509	-	(5.439)	(19.818)	20.252
Estágio 3	351.749	(25.198)	(20.342)	(90.463)	212.746
Total	540.217	(25.198)	(50.080)	(215.805)	255.134

9 Debêntures

	31/12/2020	31/12/2019
Debêntures - 1ª Emissão	-	56
Debêntures - 2ª Emissão	-	43
Debêntures - 3ª Emissão	-	758
Debêntures - 4ª Emissão (i)	-	2.004
Debêntures - 5ª Emissão (i)	3.103	9.493
Debêntures - 6ª Emissão (ii)	4.956	47.582
Debêntures - 7ª Emissão (iii)	43.044	224.410
Debêntures - 8ª Emissão (iv)	271	-
Circulante	48.112	185.612
Não Circulante	3.262	98.734
Total	51.374	284.346

Os recursos obtidos por meio das emissões de debêntures foram destinados à aquisição de CCBs. As carteiras de recebíveis são segregadas fiduciariamente.

Na hipótese de não realização dos créditos decorrentes das CCBs até a data de vencimento ou até a data de pagamento das Debêntures, poderá ocorrer, de acordo com os termos do inciso I do parágrafo único do artigo 5º da Resolução CMN nº 2.686, a critério da Companhia e em benefício desta, a dação em pagamento aos Debenturistas, de pleno direito e sem direito de regresso contra a Companhia, no limite e na proporção dos seus créditos, das CCBs não realizadas nos respectivos vencimentos.

Em 2 de julho de 2020 a diretoria da RUGE Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. se reuniu para deliberar sobre a 8ª Emissão de debêntures simples no valor total de R\$ 100.000 divididas em 100.000 (cem mil) debêntures, sem prazo para subscrição total do montante, quais serão integralizadas conforme “Chamada de Integralização”, a administração está estudando a possibilidade em comprar títulos que não pertençam as emissões já realizadas. Parte dos valores foram utilizados para compra das CCBs que compunham a 1ª, 2ª, 3ª e a 4ª emissão, que totalizou uma integralização no valor de R\$ 566.

a. Características das Debêntures

- (i) As Debêntures da 4ª e 5ª Emissões assegurarão aos debenturistas, após a amortização extraordinária de 98% do saldo principal, um prêmio de reembolso correspondente ao montante líquido recebido pela Companhia a título de pagamento das CCBs vinculadas à emissão e existentes na carteira da Companhia na data do respectivo pagamento (“Prêmio”) descontados os valores pagos pela Companhia a título de amortização extraordinária obrigatória, calculado desde a data de emissão ou a data de pagamento de prêmio imediatamente anterior, e será paga ao final de cada período de apuração. O pagamento do prêmio condiciona-se à realização dos créditos decorrentes das CCBs cedidas à Companhia.
 - (ii) As Debêntures da 6ª Emissão - Série Sênior assegurarão aos debenturistas, após o período de alocação prioritária de recursos, juros remuneratórios equivalentes à 175% da DI (“depósitos interfinanceiros”), calculado desde a data de emissão ou a data de pagamento de prêmio imediatamente anterior, e será paga ao final de cada período de apuração. O pagamento dos juros remuneratórios condiciona-se à realização dos créditos decorrentes das CCBs cedidas à Companhia.
- As Debêntures da 6ª Emissão - Série Subordinada assegurarão aos debenturistas, após a amortização extraordinária de 98% do saldo principal, um prêmio de reembolso correspondente ao montante líquido recebido pela Companhia a título de pagamento das CCBs vinculadas à emissão e existentes na carteira da Companhia na data do respectivo pagamento (“Prêmio”) descontados os valores pagos pela Companhia a título de amortização extraordinária obrigatória, e juros remuneratórios e amortização de principal da Série Sênior, calculado desde a data de emissão ou a data de pagamento de prêmio imediatamente anterior, e será paga ao final de cada período de apuração. O pagamento do prêmio condiciona-se à realização dos créditos decorrentes das CCBs cedidas à Companhia e a amortização e remuneração da Série Sênior.
- (iii) As Debêntures da 7ª Emissão - Série Sênior assegurarão aos debenturistas, após o período de alocação prioritária de recursos, juros remuneratórios equivalentes à CDI + spread de 4,25% a.a.,

calculado desde a data de emissão ou a data de pagamento de prêmio imediatamente anterior, e será paga ao final de cada período de apuração. O pagamento dos juros remuneratórios condiciona-se à realização dos créditos decorrentes das CCBs cedidas à Companhia.

As Debêntures da 7ª Emissão - Série Mezanino assegurarão aos debenturistas, após o período de alocação prioritária de recursos, juros remuneratórios de 18% a.a., a serem pagos mensalmente, calculados desde a data da primeira integralização da Série Mezanino até a data do seu efetivo pagamento, sendo esse período composto de até 12 meses ou até a alocação dos recursos. O pagamento dos juros remuneratórios condiciona-se à realização dos créditos decorrentes das CCBs cedidas à Companhia.

As Debêntures da 7ª Emissão - Série Subordinada assegurarão aos debenturistas juros remuneratórios de 18% a.a. calculados apenas durante o período de alocação prioritária de recursos, ou seja, após o período entre data da primeira integralização da Série Subordinada até a data do seu efetivo pagamento, sendo esse período compostos de até 12 meses ou até a alocação dos recursos. Adicionalmente, após a amortização extraordinária de 98% do saldo principal, serão realizados pagamentos de prêmios de reembolso correspondentes ao montante líquido recebido pela Companhia a título de pagamento das CCBs vinculadas à emissão e existentes na carteira da Companhia na data do respectivo pagamento (“Prêmio”). O pagamento do prêmio condiciona-se à realização dos créditos decorrentes das CCBs cedidas à Companhia e a amortização e remuneração da Série Sênior e Mezanino.

- (iv) As Debêntures da 8ª Emissão - Série Única assegurarão aos debenturistas, prêmio de reembolso das debêntures, observados os termos desta escritura de emissão, especialmente quanto a ordem de alocação de recursos, os debenturistas receberão nas datas de pagamento um prêmio de reembolso correspondente ao montante líquido recebido pela emissora a título de pagamento das CCBs vinculadas a emissão existentes na carteira da emissora no mês anterior ao mês do respectivo pagamento, após consideradas as alocações de recursos mais prioritárias, conforme a ordem de alocação de recursos (“Prêmio de Reembolso”).

b. Vencimento das debêntures

A perspectiva de pagamentos das debêntures são conforme segue:

	Série	Vencimento	2020	2021	Total
Debêntures - 5ª Emissão	Única	23/05/2021	3.103	-	3.103
Debêntures - 6ª Emissão (i)	Sênior	16/11/2021	4.956	-	4.956
Debêntures - 7ª Emissão (ii)	Sênior	10/10/2022	39.782	3.262	43.044
Debêntures - 8ª Emissão (iii)	Única		271	-	271
Total			47.567	3.262	51.374

- (i) A sexta emissão é composta por duas Séries, sendo Subordinadas e Seniores.
- (ii) A sétima emissão é composta por três Séries, sendo Subordinadas, Mezaninos e Seniores.
- (iii) A oitava emissão é composta por uma série única. Sem vencimento definido.

c. Cláusulas de vencimento antecipado

Os debenturistas da 1ª a 7ª emissões, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, poderão declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações da emissora, na ocorrência de descumprimento de obrigações pecuniárias, não sanado em três dias úteis; insolvência, cessação de atividades empresariais, e transformação do tipo societário da Emissora, de modo que deixe

de ser uma sociedade anônima, nos termos do artigo 220 da Lei das Sociedades por Ações, conforme estipulado na escritura.

Da 1ª à 5ª Emissão não há exigência de manutenção de índices financeiros mínimos, somente a capacidade de solvência da Companhia. Para o exercício de 2020, não houve ocorrência de inadimplemento.

Os debenturistas da 6ª e 7ª Emissões, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, poderão declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações da emissora, na ocorrência de eventos automáticos como:

- Criação de ônus ou gravames sobre os Direitos Creditórios Cedidos
- Descumprimento de obrigações pecuniárias, não sanado em três dias úteis
- Insolvência
- Cessação de atividades empresariais
- Índices financeiros de cobertura.

Em relação a 6a. emissão a escritura prevê índice de cobertura para que ocorra evento de desalavancagem, desta forma mensalmente são apurados os índices considerando pro forma os pagamentos de remuneração e as amortizações extraordinárias obrigatórias nas respectivas datas de pagamentos, obtendo como base o saldo devedor das CCBs multiplicado pelo fator de ponderação de 70%, somado ao valor das disponibilidades e dividido pelo saldo das debêntures da primeira série. Em 31 de dezembro de 2020, a 1ª série que detinha as obrigações de cumprimentos financeiros, liquidou os valores devidos a 1ª série, extinguindo a obrigação do “*coverege ratio*”.

Em relação a 7a. emissão a escritura prevê índice de cobertura distintos entre as séries Sênior e Mezanino para que ocorra evento de amortização sequencial ou pro rata, desta forma mensalmente são apurados os índices considerando pro forma os pagamentos de remuneração e as amortizações extraordinárias obrigatórias nas respectivas datas de pagamentos conforme métricas abaixo:

- Série Sênior, o Índice de Cobertura I deverá ser calculado com base no saldo devedor das CCBs multiplicado pelo fator de ponderação de 60%, somado ao valor das disponibilidades e dividido pelo saldo das debêntures da Série Sênior em circulação, calculados após o primeiro mês completo de alocação. Em 31 de dezembro de 2020, o Índice de Cobertura I era de 1,556, portando está em cumprimento.
- Série Mezanino, o Índice de Cobertura II deverá ser calculado com base no saldo devedor das CCBs multiplicado pelo fator de ponderação de 80%, somado ao valor das disponibilidades e dividido pelo saldo das debêntures da Série Sênior somados às debêntures da Série Mezanino em circulação, calculados após o primeiro mês completo de alocação. Em 31 de dezembro de 2020, o Índice de Cobertura II era de 1,250, portanto está em cumprimento.

A meta dos índices da 7ª Emissão de Debêntures é estar maior ou igual a 1,00 para fins de convocação de Assembleia de Debenturistas para deliberação e maior ou igual 0,95 para fins de mudança no regime de amortização.

Em relação a 8ª Emissão de Debêntures não há exigência de manutenção de índices financeiros mínimos, somente a capacidade de solvência da companhia.

Para o exercício de 2020, não houve ocorrência de inadimplemento.

d. Cessão fiduciária em garantia

A Companhia, de acordo com os contratos de cessão fiduciária da 6ª e 7ª Emissão de Debêntures, irrevogavelmente transfere para a totalidade dos Debenturistas da 6ª e 7ª Emissão de Debêntures, a propriedade fiduciária, o domínio resolúvel e a posse indireta de todos os direitos da Companhia, presentes ou futuros, sobre (i) as CCB atuais e futuras, vinculadas e a serem vinculadas à 6ª e 7ª Emissão, (ii) os direitos creditórios decorrentes das contas bancárias de titularidade da Companhia, exclusivamente associadas à 6ª e 7ª Emissão, (iii) os ativos financeiros investidos com recursos disponibilizados nas contas exclusivas, assim como os direitos creditórios referentes a quaisquer valores devidos à Companhia em razão do investimento em tais ativos financeiros, inclusive enquanto estiverem em trânsito das contas exclusivas ou destinados a elas, decorrentes de vendas, amortizações ou resgates de tais ativos financeiros, e (iv) os direitos creditórios oriundos dos contratos de opções de juros celebrados exclusivamente para hedge das obrigações objeto da Emissão, contratados e que venham a ser contratados no âmbito da 6ª e 7ª Emissão.

A Cessão Fiduciária resulta na transferência fiduciária em garantia aos Debenturistas da 6ª e 7ª Emissão, e seus respectivos sucessores e eventuais cessionários da propriedade fiduciária, do domínio resolúvel e da posse indireta dos direitos dados em garantia, permanecendo a sua posse direta com a Companhia.

10 Provisão para Contingências

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não figura como parte em nenhum processo judicial cível com probabilidade de perda provável (31 de dezembro 2019 R\$ 14) ou possível (31 de dezembro 2019 R\$ 18).

11 Capital social

a. Capital social e reservas de capital

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social integralizado da Companhia era de R\$ 300 dividido em 300.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Na Assembleia Geral Extraordinária do dia 19 de fevereiro de 2019, foi aprovada a emissão de 1.500.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal subscritas pela acionista Geru Holding Limited.

Na Assembleia Geral Extraordinária do dia 5 de setembro de 2019, foi aprovada a emissão de 409.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal subscritas pela acionista Geru Holding Limited.

Na Assembleia Geral Extraordinária do dia 2 de dezembro de 2019, foi aprovada a emissão de 1.500.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal subscritas pela acionista Geru Holding Limited.

Na Assembleia Geral Extraordinária do dia 15 de julho de 2020, foi aprovada a emissão de 3.000.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, subscritas pela acionista Geru Holding Limited, a serem integralizados em moeda corrente nacional, no valor de R\$ 1 (um real), em até 12 meses contados de 1º de agosto de 2020.

Dos montantes subscritos acima foram integralizados R\$ 433 em 14 de fevereiro de 2020, R\$ 623 em 24 de abril de 2020; R\$ 414 em 21 de agosto de 2020 e R\$ 402 em 24 de novembro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social da Companhia é de R\$ 6.709 dividido em 6.709.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (6.709 ações ordinárias nominativas em 31 de dezembro de 2019), sendo o total do capital integralizado de R\$ 1.872 (R\$ 2.629 em 31 de dezembro de 2019), restando o montante de R\$ 2.208 a integralizar. Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme definido no estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia.

b. Natureza e propósito da reserva

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada período nos termos do artigo 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Face ao prejuízo do período, não foi constituída reserva legal no período.

c. Dividendos

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 1% do resultado do exercício ajustado na forma da lei. Os dividendos a pagar são destacados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo. Face ao prejuízo do período, não foi distribuído dividendos no período.

12 Gerenciamento do capital

A política da Companhia é manter um equilíbrio entre ativos e passivos para que tanto os riscos quanto os retornos e prazos sejam análogos na ponta ativa e passiva de suas transações, operando desalavancada de forma a não exigir uma base de capital substancial para manter a confiança do investidor.

13 Instrumentos financeiros

a. Valor justo dos instrumentos financeiros

Dada as características dos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado, a administração entende que seus valores justos não diferem de forma significativa dos saldos contábeis na data do balanço.

Após realizados os lançamentos referentes os recebimentos, as debentures podem vir a ter um valor maior ou menor que os ativos que as lastreiam, dessa forma se faz necessário ajustes para que minhas debentures reflitam os valores reais a serem pago para os debenturistas, então realizamos é realizado as seguintes conferências:

1. Valor do Ativo Financeiro já ajustado a valor justo;
2. Montante em caixa e equivalentes de caixa.

O resultado dessa somatória deduzidos das despesas (já provisionadas em nosso passivo) será o montante a ser considerado para realizar o ajuste nas debentures, então se o resultado dessa soma for maior que meu passivo, as debentures deverão ser ajustadas positivamente, gerando uma

provisão para prêmio nas debentures, caso o cenário seja o contrário, teremos uma provisão para perda na remuneração dos debenturistas, sendo assim minhas debentures ajustadas negativamente.

b. Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

a. Riscos de crédito

Apesar da Companhia não deter o risco de crédito, há o risco de os ativos vinculados às debêntures incorrer em perdas financeiras caso um tomador falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de créditos a receber. Conforme estipulado nas escrituras de emissão das debêntures, a remuneração dos debenturistas é atrelada ao recebimento líquido das CCBs, dessa forma, o risco de crédito pelo inadimplemento das CCBs é compensado na remuneração do debenturista.

A exposição ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. A avaliação de crédito é feita no momento da solicitação do crédito na plataforma da GERU Tecnologia que, analisa individualmente cada novo cliente, quanto à sua condição financeira antes de apresentar uma proposta de limite de crédito e termos de pagamentos.

A Companhia efetua renegociações de empréstimos em situação de atraso, objetivando a maximização do retorno da carteira para os debenturistas, em casos em que as renegociações se estendem por período superior ao esperado para a carteira de crédito da CCB renegociada, vencendo o período de vigência das Debêntures, há a dação em pagamento dos montantes em aberto aos debenturistas das respectivas emissões (vide nota explicativa 10).

A Companhia não exige garantias com relação aos “Créditos a receber”.

Caixa e equivalentes de caixa e caixa restrito

A Companhia detinha Caixa e equivalentes de caixa e caixa restrito totalizando R\$13.192 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 29.214 em 31 de dezembro de 2019). O caixa e equivalentes de caixa e o caixa restrito são mantidos com instituições financeiras de primeira linha.

b. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia busca manter o nível de seu caixa e equivalentes de caixa, caixa restrito e outros investimentos em um montante equivalente às saídas de caixa para liquidação de passivos financeiros de acordo com os cronogramas de desembolso de pagamento do principal e prêmios aos debenturistas. Tendo em vista que, a remuneração dos debenturistas é atrelada ao recebimento líquido das CCBs, a Companhia monitora também o nível esperado de entradas de caixa proveniente do ‘Contas a receber de clientes’ em conjunto com as saídas esperadas de caixa relacionadas às ‘Debêntures’.

c. Risco de mercado (taxa de juros)

A Companhia adota como política que sua exposição a taxa de juros seja com base em uma taxa de juros pré-fixada. Para isso, a Companhia adquire CCBs com taxa de juros fixa e transfere aos debenturistas o equivalente ao rendimento líquido dos créditos a receber.

14 Imposto de renda e contribuição social

	31/12/2020	31/12/2019
Prejuízo do exercício	(1.747)	(2.073)
Expectativa de crédito de imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal - 34%	-	-
Provisão para perda na carteira	26.052	16.545
Provisão para remuneração dos debenturistas	(26.052)	(16.545)
Provisão/Reversão para contingências	14	-
Créditos tributários sobre prejuízo fiscal não constituídos	-	-
Total	(1.733)	(2.073)

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia não constituiu o montante de R\$ 594 em créditos sobre prejuízo fiscal de R\$ 1.734 (e R\$ 705 em créditos sobre prejuízo fiscal de R\$ 2.073 em 31 de dezembro de 2019), uma vez que não há expectativa de geração de resultados futuros para utilização dos créditos, totalizando um estoque de R\$1.299 de créditos não constituído.

15 Receita operacional

A receita operacional da Companhia é proveniente de apropriação de juros dos direitos creditórios.

	31/12/2020	31/12/2019
Receita Líquida	122.937	125.291
Total de receita líquida	122.937	125.291

16 Despesas por Natureza

	31/12/2020	31/12/2019
Despesas gerais e administrativas (i)	(1.747)	(2.073)
Despesas/(Reversão) com Contingências	14	-
Provisão para perda na carteira	(26.052)	(16.545)
Provisão para remuneração dos debenturistas	26.052	16.545
Total das despesas administrativas	(1.733)	(2.073)

- (i) Refere-se substancialmente a despesas com prestadores de serviços como contabilidade, auditoria e fee de administração do patrimônio realizado pela VERT.

17 Resultado financeiro

	31/12/2020	31/12/2019
Receita de juros sobre:		
- Aplicações financeiras (i)	11	28
Despesas financeiras sobre:		
- Taxas e despesas bancárias (emissora)	-	-
- Remunerações dos debenturistas	(122.962)	(125.319)
Resultado financeiro líquido	(122.951)	(125.291)

- (i) Em 31 de dezembro de 2020 refere-se ao resultado de aplicações financeiras da conta bancária excluindo os efeitos de rendimentos das contas cedidas fiduciariamente em garantia às emissões de debentures.

18 Partes relacionadas

a. Acordo Operacional - Administração

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, em 18 de fevereiro de 2019, a Companhia celebrou “Acordo Operacional e Outras Avenças” com a VERT Consultoria e Assessoria Financeira Ltda, que tem por objeto a administração dos negócios da Companhia, bem como a prestação de serviços de consultoria financeira relacionados a gestão, estruturação e administração de emissões, presentes e futuras, de debêntures da Companhia.

b. Transações e saldos com partes relacionadas

As partes relacionadas são as pessoas que possuem influência significativa na gestão da Companhia.

a. Contrato de prestação de serviços

Refere-se ao contrato de prestação de serviços relativos à avaliação, cobrança e renegociação dos créditos representados pelas CCBs, executados pela Geru Tecnologia, equivalente a 1% (1ª a 4ª emissão de debêntures) ou 3% (5ª a 7ª emissão de debêntures) dos recebimentos totais feitos pela Companhia que são deduzidos do prêmio pago aos debenturistas. Em 31 de dezembro de 2020 o montante total pago foi de R\$ 5.779 (R\$ 9.397 em 31 de dezembro de 2019). Não há saldos a pagar nas respectivas datas de balanço.

b. Debêntures

Em 31 de dezembro de 2020, não foram integralizadas novas debêntures mantendo o saldo total de debêntures já integralizadas pela Companhia de R\$ 728.990 de 31 de dezembro de 2018, destas 15,72% foram detidas por partes relacionadas.

O total de despesas com debêntures com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 8.629, correspondente aos 7,02% da quantidade total de debêntures integralizadas (R\$ 20.867 em 31 de dezembro de 2019, correspondente a 12,44%).

19 Outros assuntos

Impactos do COVID-19

Em atendimento ao Ofício Circular SNC/SEP 02/2020 da CVM, a Companhia analisou e não identificou quaisquer alterações significativas na operação. Os impactos econômicos foram devidamente amenizados com intensificação de cobrança dos recebíveis, além de revisão dos cálculos de provisão para perdas que foram ajustados para que possam demonstrar os efeitos de inadimplência considerando os impactos do COVID-19 na elaboração das demonstrações financeiras. Ainda sob os efeitos da redução ao valor recuperável nas demonstrações financeiras, estes decorrem da perda estimada e incorrida por parte do devedor da operação, tendo sua contrapartida direta o valor presente das obrigações com investidores da securitização.

Assim, no contexto das operações de securitização, não há riscos de créditos que possam ser assumidos no âmbito da Companhia e conseqüentemente, sobre suas demonstrações financeiras.

A Administração revisou os possíveis impactos e concluiu que não existe ajustes ou considerações a serem realizadas nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020.

20 Eventos subsequentes

Os administradores declaram a inexistência de fatos ocorridos subsequentemente à data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da empresa ou que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros.

As *fintechs* Geru Tecnologia e Serviços S.A e a Rebel Tecnologia Correspondente Bancário Ltda. anunciaram no dia 02 de março de 2021 a fusão do grupo, criando a Open Co, apesar da importância do fato ocorrido, isso não influencia nas operações da Ruge Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.